

Jornal do

FEDERAL

Informativo do Conselho Federal de Psicologia

Ano XII Nº51 Dezembro de 1997

IMPRESSO

Pesquisa formará base de dados latinoamericana sobre as conseqüências psicológicas da pobreza na infância e adolescência

O Comitê Coordenador dos Psicólogos do Mercosul, reunido em abril de 1997, no Uruguai, decidiu promover uma pesquisa sobre o impacto da miséria e da violência na subjetividade da infância e da adolescência nos países do Mercosul. O objetivo é elaborar uma base de dados sobre o impacto e as conseqüências psicológicas da pobreza nestas crianças e adolescentes. O Conselho Federal de Psicologia, responsável pelo desenvolvimento da pesquisa no Brasil, está convidando Universidades e ONGs para que apresentem suas propostas até o dia 15 de fevereiro de 1998. Os melhores projetos receberão financiamento do CFP.

Página 5

EDILAINE BERTUZO RABELO
08 JAN 1998



4 *Segurança Pública : será mais um caso de polícia?*

7 *Porque a clínica fascina tantos profissionais...*

11 *Timor Leste: ex-colônia portuguesa luta por cidadania*

13 *Medida Provisória prejudica os Conselhos*



Vencedores do Prêmio Madre Cristina são do RJ e RS.



já se vai 1997!

Há um ano, contentes e ansiosos com a tarefa de construir "Um Conselho para Cuidar da Profissão", nos preparávamos para assumir a direção do Federal. Nossa proposta de trabalho havia vencido nas urnas e nossa responsabilidade era enorme. Um ano depois, temos um sentimento de missão bem cumprida. Demos outra cara ao CFP, chamamos muitos parceiros para trabalhar conosco, ousamos em novas atividades, dinamizamos e fortalecemos a entidade.

*Um ano de trabalho! 1998 trará mais trabalho. É o ano do III Congresso Nacional da Psicologia; é um ano de eleições para os Regionais e para o Federal. Portanto, um ano que exigirá compromisso. Cada um de nós, psicólogos, além de exercermos, em nossos espaços, a profissão cotidiana, precisaremos **participar** para a construção e o desenvolvimento da Psicologia através das atividades preparatórias e dos Congressos Regionais e Nacional. Fiquem atentos! A Psicologia precisará de todos no III Congresso Nacional para fortalecê-la, ainda mais, como ciência e profissão. Mas em 1997, também perdemos... Perdemos Betinho, Paulo Freire e Madre Cristina. Perdemos muito! Esses companheiros foram imprescindíveis na luta pelos Direitos Humanos. Foram referência e foram guerreiros. Neste final de ano, deixamos aqui, neste espaço, nosso reconhecimento e nossa saudade. Que fique, em cada um de nós, um pouco do compromisso, da humildade e da ousadia deles.*

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Presidente
Ana M. B. Bock

Vice Presidente
Francisco J. M. Wano

Expediente

Secretário
Marcus V. de O. Silva
Treasurer
José C. Taurinho e Silva
Dir. Região Sul
Alvaro L. Aguiar
Dir. Região Sudeste
Ernesto J. dos Santos
Dir. Região Centro-oeste
Deusdeth do C. Martins
Dir. Região Nordeste
Laeuzo L. da S. Farias
Dir. Região Norte
Jorge M. Costa
Conselho Editorial
Xª Plenária
Conselheiros Suplentes
Marcos R. Ferreira - Marta E. de Souza
Odair Furtado - Cândido do S. C. Almeida
Francisco Eduardo da Costa
Maria de L. J. Cantini
Jorge Broido - Julieta Arsenio
Rosa M. B. Albanezi
Coordenador Editorial
Alvaro L. Aguiar
Jornalista Responsável
Eduardo Wendhausen Ramos
Projeto Gráfico e
edição eletrônica
Sandra Cardoso Lopes

Distribuição gratuita
Tiragem:
96.500 mil exemplares

SRTVN Edifício Brasília
Rádio Center s/4024
CEP 70719-900
Fones: 061 328 1814 061 328 1946
Fax: 061 328 1728
E-mail: federal@rudah.com.br

Cartas



"Parabenizo ao Jornal do Federal pela bela apresentação deste valioso veículo de comunicação dos profissionais de Psicologia, na pessoa desta equipe tão cheia de iniciativas e aberturas bem vindas. (...) este jornal era como a 'Hora do Brasil'. O ouvinte ao invés de 'ouvir', desligava o rádio.. Hoje já não 'me desligo' diante de nosso jornal: aprecio-o e crítico-o. Sinto-me feliz de ter inaugurado a sessão de cartas quando vejo o tal espaço sendo aproveitado pelos demais colegas. Aproveito para cumprimentar Eduardo Dias Gontijo pela matéria 'Psicologia, Ciência e Ética'. (...) Parabenizo também pela iniciativa do telegrama ao Sr. Presidente, recorrendo a volta do teste psicotécnico para habilitação de motoristas. (...) Nossa Associação já enviou o telegrama. Agradeço o acesso a melhores compras, neste caso, computadores à classe. Aproveito para enviar-lhes votos de Boas Festas."
Alcione Albuquerque de Andrade - Associação Médico Espírita de Minas Gerais

"Estou conhecendo nossa home-page e desde logo quero abraçá-los pelo ótimo trabalho, já que há tempo não nos encontramos! Li, recentemente, os dois últimos jornais do Federal, e eles estão com excelente nível. Parabéns ao Álvaro e Eduardo! Todas as iniciativas são importantes e, a cada uma delas, fiquei empolgada. Vamos em frente! Um órgão aberto, atento e atuante no país, com categoria e moderno! Espero poder interagir mais de perto com os novos veículos!"

Lúcia Bertini - CRP 07/RS

"Lendo o Jornal do Federal de outubro de 1997, me deparei com uma breve notícia sobre o professor Richard Bucher, que fez parte do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília. Venho informar que a informação de que o CORDATO foi fundado em 1996 é incorreta. O CORDATO foi fundado pelo Professor Richard em 1986."
Vera Lúcia Decnop Coelho - chefe em exercício do Departamento de Psicologia Clínica da UnB.

"Com imensa satisfação, gostaríamos de, ao cumprimentá-los, agradecer o espaço oferecido por este Conselho, no momento em que veiculamos experiências do nosso departamento na revista Psicologia - Ciência e Profissão."

Flávia Bárbara R. Petry - Chefe do Depto de Saúde Mental da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS

Em Debate

"Sou Psicóloga, proprietária de uma Assessoria de RH e aprecio muito ler os jornais enviados por vocês, mas gostaria de pedir que publicassem mais matérias e eventos que irão acontecer na área de Recursos Humanos também, pois este é um dos segmentos da Psicologia que acaba ficando esquecido e nós da área de RH ficamos a desejar. Não podemos esquecer que também somos Psicólogos, não só os clínicos! Agradeço a atenção e cooperação de vocês."

Elisa Fernanda D. G. Carluccio - Assis/SP

"Foi-se o tempo em que a atuação profissional do Psicólogo que optava pela carreira organizacional limitava-se ao contexto restrito da avaliação dos candidatos a emprego. (...) É hora de revigorar aquele 'instrumental de conhecimentos' adquirido na formação acadêmica e colocá-lo em prática no sentido de contribuir para que o ambiente de trabalho torne-se mais humanizado, atuando ativamente na melhoria da qualidade do relacionamento interpessoal, além de instrumentar as pessoas para lidarem mais facilmente com as pressões. (...)"

Clóvis A. S. Beirigo - Psicólogo organizacional e sócio da Consultoria de RH Sinerghia, São Paulo.

Os artigos assinados não são de responsabilidade do CFP

Escreva para esta coluna, através do endereço:
SRTVN Edifício Brasília Rádio Center s/4024 A Brasília DF
CEP 70719 900 E-mail: federal@rudah.com.br

Fim do emprego: Aumento da Exclusão

Não haverá emprego suficiente para todos! Adeus à sociedade do trabalho! A inevitável substituição do trabalho humano pelos robôs! Estas e outras frases de efeito na imprensa, em títulos de artigos e livros, chamam a atenção sobre as rápidas transformações no mundo do trabalho. Nos últimos dez anos, houve a aceleração de processos econômicos que resultaram em modificações importantes no mercado de trabalho: intensificação da automação microeletrônica, aplicação de novas tecnologias informatizadas, reestruturação produtiva e racionalização das empresas, redução do Estado. Foi alterado o perfil do trabalhador, mudaram as possibilidades de inserção dos indivíduos na esfera produtiva social, seja como assalariado, como empresário ou como profissional autônomo. E, sobretudo, o desemprego e o trabalho precário aparecem como problemas permanentes, estruturais. Pela primeira vez na história do capitalismo, mesmo havendo a retomada do crescimento econômico, não ocorre a geração de oportunidades de trabalho em volume correspondente aos novos investimentos.

Para alguns, essa realidade não é motivo de preocupação. Argumentam que o que está diminuindo é o emprego, isto é, a relação da assalariamento. Novas oportunidades de trabalho autônomo surgem para atender as necessidades da população. Basta ter criatividade e se esforçar que tudo se dará pelo melhor. (Bridges, 1997). Outros reconhecem que não há mais emprego nem trabalho para todos, mas que as pessoas poderão sobreviver vinculadas a atividades não regidas pela lógica do lucro privado (Rifkin, 1995). Numa posição política mais radical, certos empresários e teóricos do neoliberalismo argumentam que o que está ocorrendo é um salutar processo seletivo. Só merecem sobreviver os melhores, aqueles que, face à adversidade do mercado, conseguem se adaptar e crescer; os demais podem ser excluídos definitivamente. Para atingir "a verdade que nasce do mercado", devem ser extintas as redes de proteção social e flexibilizados (reduzidos) os direitos dos trabalhadores.

Essas posições, embora com pressupostos e aplicações diferenciadas, são

haver modificação na estrutura do poder econômico e na sua lógica de expansão planetária e, sobretudo, não devem ser atingidos os privilégios das classes mais afortunadas. Implícita ou explicitamente, sustentam que a economia de mercado sem nenhum controle social é a forma natural e mais eficiente de se organizar a vida econômica e social.

Existe alguma fatalidade nessa situação e nesses processos de exclusão? De maneira alguma. São resultados da estrutura



de poder que se mantém e se reproduz graças às desigualdades sociais. Nada do que é econômico e social é irreversível e definitivo. As alternativas existem e podem ser construídas segundo outros princípios que permitam a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. (Cattani, 1996).

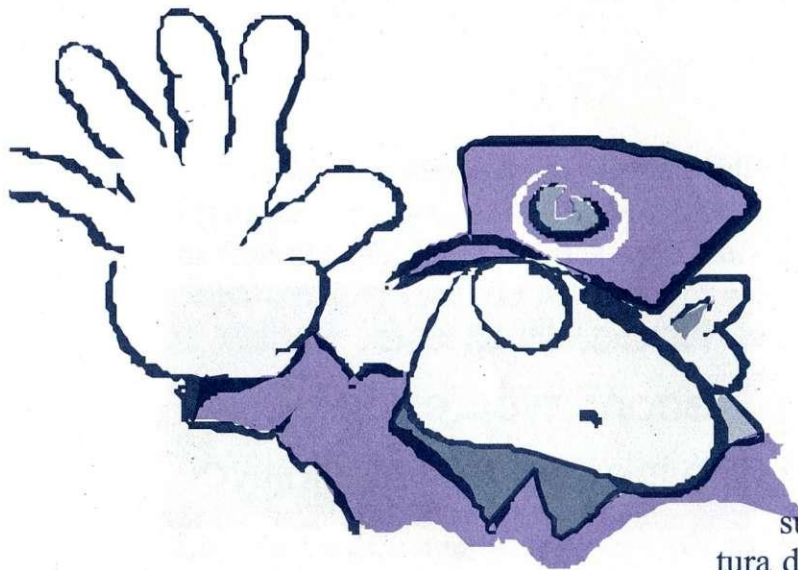
Antonio David Cattani
Professor do Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia - UFRGS

Nada do que é
econômico e social
é irreversível e definitivo

Bibliografia citada:
Bridges, W. Um mundo sem empregos. São Paulo: Makron, 1997.
Cattani, A. Trabalho e autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.
Rifkin, J. O fim dos empregos. São Paulo: Makron, 1995.

Políticas Públicas

O Brasil sofre com a insegurança pública



A falta de definição de uma política nacional de segurança pública faz com que o governo invista mal neste setor e deixe a população desacreditada em qualquer atividade policial. Dizendo ser a grande solução para as questões do controle da violência, o governo enviou, ao Congresso Nacional, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 514/97), sugerindo uma série de alterações na estrutura das polícias. Para analisar esta proposta, o

Fórum Nacional de Segurança Pública, composto por entidades que representam 600 mil trabalhadores das polícias civil, militar, federal, rodoviária federal, ferroviária federal e corpo de bombeiros, realizou a Primeira Conferência Nacional sobre Segurança Pública, nos dias 18 e 19 de novembro, no Senado Federal. O tema central obrigação em garantir a segurança na sociedade. As entidades que representam os profissionais de segurança pública afirmam que essa proposta não apresenta dispositivos que solucione as questões da segurança pública. Pelo contrário, cria novos problemas para o desempenho da atividade policial e proíbe sua participação em atividades político-partidárias e sindicais, fazendo com que os próprios policiais não tenham pleno direito à cidadania.

O atual modelo econômico torna o governo incapaz de proporcionar, à população, os direitos básicos assegurados na Constituição, como saúde, educação, moradia e emprego. A segurança pública não pode ser discutida sem levar em conta este contexto social, que contribui em muito para o aumento da violência. Mesmo porque, grande parte dos profissionais responsáveis por garantir a segurança da sociedade são pessoas que vivem os mesmos problemas sociais da maioria excluída da população.

Paulo Lopo Saraiva, conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil, considera a PEC 514/97 um grande absurdo, porque substitui parte do texto constitucional. Ele explica que só uma revisão tem o poder de alterar a Constituição. Uma emenda, como é este caso, somente pode adendar, emendar a Constituição. "Se esta PEC for aprovada, a OAB vai derrubá-la judicialmente", comenta Saraiva, que enfatiza o equívoco do governo ao pensar que vai melhorar a segurança pública apenas mexendo nas leis que regulamentam as polícias. "O problema do país é o modelo político, sustentado por uma elite cooptada pelo que mais existe de explorador. Ou nós mudamos a elite ou o Brasil nunca mudará", conclui Saraiva.

Além do aumento da quantidade e da qualidade de equipamentos, é necessário oferecer treinamento aos policiais e, é claro, boas condições de vida. A Psicologia tem um importante papel na construção de uma sociedade melhor, incluindo a qualidade das polícias. A responsabilidade dos psicólogos aumenta enquanto profissionais na medida em que existem projetos de lei, em tramitação no Congresso, propondo a exigência de avaliação psicológica para admissão nas polícias e várias outras profissões que prestam serviço público.

Algumas frases...

"A violência não pode ser combatida com violência. É preciso trabalhar suas causas."

Emília Fernandes, dep. federal (PDT/RS)

"O Presidente da República jurou respeitar a Constituição e não cumpre seu juramento, principalmente quanto ao capítulo sobre cidadania e dignidade"

"A lei só vale se nós valermos."

Idem

"Temos que formular uma nova política de segurança pública, a partir da reformulação das políticas sociais. Precisamos fazer a reforma da inclusão. Chega de reformas de exclusão."

Benedita da Silva, dep. federal (PT/RJ)

"O policial cuida do esgoto da sociedade. Ele precisa ter melhores condições de trabalho."

Romeu Tuma, senador (PFL/SP)



Nosotros

Psicologia terá pesquisa sobre infância e adolescência na América Latina

O objetivo do projeto é a constituição e análise de uma base de dados brasileira e latinoamericana sobre e impacto e as conseqüências psicológicas da pobreza nas crianças e adolescentes.



O Comitê Coordenador dos Psicólogos do Mercosul, reunido no mês de abril de 1997, em Montevideu (Uruguai), elaborou a chamada para uma pesquisa sobre o impacto da miséria e da violência na subjetividade da infância e da adolescência nos países do Mercosul. Para participar da formação desta base de dados, universidades e organizações não governamentais devem apresentar seus projetos até o dia 15 de fevereiro de 1998, no Conselho Federal de Psicologia, que é o responsável por financiar e desenvolver a pesquisa no Brasil.

Na primeira fase, o banco de dados deverá abranger teses de doutorado, dissertações de mestrado e livros publicados, desde o ano de 1980.

A segunda etapa da pesquisa prevê a organização dos dados a partir de artigos científicos, publicações de circulação restrita, anais de congressos e publicações mimeografadas com as produções realizadas nas ONGs, instituições públicas e privadas da área da saúde, educação e assistência, e nos centros de estudos e pesquisa.

Palavras chaves para constituição da base de dados

- 1 - Os conceitos de **pobreza** tomarão por base Unicef, Unesco, OPS, OMS e seus correlatos de cada país.
- 2 - Palavras chaves quanto às categorias:
Categoria Sujeito: Aspectos cognitivos; afetivo-emocionais; comportamentais.
Categoria Contexto: Família e/ou outro grupo de convivência; grupos de pares; instituições; outros espaços ambientais e sociais.
Categoria Interação: Inclusão/exclusão; violência e indefensão; adaptação/desaptação; proteção/desproteção.

Itens mínimos a serem incluídos nas propostas:

- 1 - Etapas que os proponentes entendem como necessárias para execução;
- 2 - Referência ao pessoal e equipamentos necessários;
- 3 - Prazo para a execução e custos de cada item de despesas;
- 4 - Previsão de etapa de definições a serem estabelecidas em acordo com representante do CFP, sobre os títulos a serem incluídos, características dos produtos finais e prazos;
- 5 - Procedimento de coleta do material;
- 6 - Procedimento para a indexação dos documentos;
- 7 - Formas de disponibilização destes produtos para a comunidade de pesquisadores e profissionais de Psicologia;
- 8 - Sistemática de compatibilização do sistema produzido, com outras bases latinoamericanas.
- 9 - Previsão de colaboração na elaboração de documentos visando a captação e atualização constante da base de dados por parte do CFP.
- 10 - A primeira fase do Projeto não poderá exceder o valor de 50 mil reais. O CFP pagará eventuais despesas quando convidar os pesquisadores para algum encontro, não devendo ser incluídas no orçamento.

A Psicologia está a caminho da união latinoamericana

A Psicologia na América Latina tem a necessidade de se organizar, principalmente porque já possui produção própria. Facilitar o intercâmbio no campo científico, dentro da realidade latinoamericana, é fundamental para o avanço da profissão, na busca da solidificação de sua identidade. Assim, será possível acabar com a relação de subserviência frente aos Estados Unidos, avançando para uma relação de igualdade. Este processo precisa ser desencadeado, a partir de ações concretas, possibilitando a construção de bases sólidas para a futura União Latinoamericana de Psicologia (ULAPSI).

Durante o Encontro Integrador dos Psicólogos do Mercosul, realizado nos dias 7 e 8 de novembro, em Santiago (Chile), representantes do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia assinaram um acordo sobre a formação da ULAPSI, prevista para o III Encontro Temático, na Argentina, em agosto de 1998. Segundo Daniela Schneider, professora de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina, a criação da ULAPSI é fundamental para o desenvolvimento da Psicologia latinoamericana. Mas deve ser um processo construído com o envolvimento de mais psicólogos e das universidades, para formar uma base sólida. "A formação de uma entidade deve ser resultado de um processo e não uma decisão de cima para baixo. Por isso foi importante adiar a fundação da ULAPSI para o próximo ano", comenta a professora.

Ana Mercês B. Bock, presidente do CFP, afirma que a união latinoamericana é um projeto que deverá ser construído, enquanto entidade e consciência, nos próximos anos. "Aos poucos reuniremos os psicólogos de toda a América Latina e buscaremos, juntos, as referências necessárias para uma nova Psicologia", conclui Ana Bock.

Ciência & Ética

As emoções e as relações de trabalho

Falar e escrever sobre as emoções nos ambientes de trabalho está se tornando um assunto comum na imprensa. Penso que é um instante significativo na história das organizações pois esse tema, apesar da fundamental importância, foi tradicionalmente proibido e desqualificado nos textos de administração. Temo que esse "modismo" possa ser prejudicial, visto que um tratamento superficial ou sensacionalista possa promover maiores resistências com referência às vivências das emoções nas organizações. Há mais de vinte e cinco anos tenho enfrentado a dificuldade de vivenciá-la nos locais de trabalho. Muitos psicólogos, por desconhecimento, fazem uma série de críticas superficiais e infundadas. Mesmo psicólogos organizacionais afirmam que as emoções só devem ser vividas nas clínicas de psicoterapia e devem ser "evitadas" nas organizações. Esse tipo de observação, bem comum de se ouvir nas empresas, revela a complexidade, o desconhecimento e o tabu relativo aos comportamentos emocionais nos ambientes de trabalho.

Sabemos que, tradicionalmente, a família e todos os agentes educacionais sempre viram as emoções como perigosas, como indicadoras de desequilíbrio ou comportamento inadequado. A visão dicotomizada separando a consciência racional das vivências emocionais nos leva a super valorizar a racionalidade e a sufocar as reações emocionais, principalmente nas relações de trabalho. *Afirma-se que as emoções prejudicam o processo decisório e devem ser evitadas.* Essa visão clássica está sendo contestada pela pesquisa contemporânea. Como exemplo podemos citar o neuro-cirurgião *A. Damásio* que, em seu notável livro *"O Erro de Descartes"* discorda de forma incontestável dessa afirmação. O autor demonstra, com provas experimentais, justamente o contrário: pessoas com lesões neurológicas e que perdem o contato com a própria emoções tornam-se incapazes de tomar decisões. Muitas pesquisas atuais na medicina quântica, na psicologia e na biologia estão mostrando a importância da integração das emoções para o equilíbrio intrapessoal e interpessoal.

Essas pesquisas começam a mudar, de maneira marcante, certas práticas nas relações de poder nas organizações e influenciar a mudança de algumas atitudes gerenciais. Na tentativa de divulgar esses novos conceitos, muitos trabalhos têm-se apresentado com incrível superficialidade e ingenuidade. Alguns consultores têm se aproveitado, oportunisticamente, do momento e têm dado entrevistas e testemunhos altamente

maneira tão ingênua e superficial que pessoalmente preocupa-me quanto a receptividade que os empresários possam ter a respeito do tema. Normalmente, as pessoas com atitudes e mentalidades cartesianas, que são numerosas nas empresas, tendem a ser extremamente críticas com relação aos trabalhos comportamentais. Muitos executivos criticam aos psicólogos tentando mostrar que os trabalhos comportamentais são superficiais e ingênuos e, se não atentarmos para o perigo do momento, correremos sérios riscos de perdermos espaços conquistados com muita luta e perseverança. Os psicólogos mais experientes nesse tipo de trabalho devem procurar melhorar a qualidade da divulgação dos resultados das pesquisas e experiências, sob pena de perdermos posições conquistadas com relação ao aprimoramento dos trabalhos de desenvolvimento gerencial em nossas empresas.

Precisamos mostrar que a energia emocional é a propulsora da vida. Todo organismo vivo, mesmo os inferiores, apresentam essas transformações metabólicas bruscas que ajudam os animais na manutenção e propagação da vida das espécies. Nos seres humanos, essa vivência energética é bastante complexa, pois as emoções primárias sofrem os condicionamentos culturais e se transformam em emoções secundárias. Por exemplo: todas as crianças do mundo nascem com uma emoção primária que chamamos de medo, entretanto, o objeto do medo será condicionado pela cultura ambiente. As emoções primárias são reflexos orgânicos, involuntários e, portanto, inconscientes. As secundárias são reflexivas, portanto, conscientes, mas não existem sem as primeiras. Poderíamos chamar as primárias de "emoções puras", como nos animais. As secundárias chamamos de "sentimento", que é uma estruturação cognitiva do fator orgânico. Cada ambiente cultural condiciona essas vivências diferenciadas e somente os seres humanos canalizam ou "fixam" essa energia emocional em relações estáveis e permanentes com outros seres com os quais convivem. Chamo essa relação de afeto ou amor, ou seja, a estabilização da relação emocional que se prolonga no tempo relacional histórico e no espaço íntimo de cada pessoa, criando uma interdependência subjetiva onde o outro passa a ser constituinte do "eu". As emoções não são positivas ou negativas; dependem da maneira como as expressamos. Podem ser vividas adequadamente ou intempestivamente, mas não devem ser suprimidas.

Nas culturas organizacionais, como nas sociedades, somos condicionados a vivenciá-las dentro de certos padrões de referência de cada organização. Assim, medo, alegria, raiva, tensão, tristeza e todas as formas de vivência emocional são condicionadas pelas estruturas de poder com as quais convivemos. Apesar

empresas, isso é impossível. Pois essas não podem ser evitadas e o máximo que poderemos fazer é bloqueá-las, ou seja, não exteriorizá-las.

Constato, na minha experiência pessoal, que as organizações podem se beneficiar positivamente das emoções ou podem virar um fábrica de pessoas estressadas ou infelizes. A alegria pode ser usada de maneira positiva. Poderia citar várias empresas onde alegria e o bom humor foram fatores coadjuvantes do crescimento ou de momentos de sucesso das mesmas, entretanto, estou eticamente impedido de citar casos positivos ou momentos inversos de organizações, principalmente empresas familiares ou estatais, onde se viveram crises e tensões emocionais que resultaram em grandes prejuízos causados por ambientes tensos e altamente conflitivos. Nessas empresas, os conflitos causados pelas disputas de poder sempre foram acompanhados de uma série de problemas de saúde e/ou desajustes nas vidas particulares dos participantes. Como se desconhece a importância das emoções e sua influência no comportamento das pessoas, os analistas organizacionais não valorizam e nem aceitam esse tipo de raciocínio na avaliação dos resultados empresariais.

Quando falo de trabalhar as emoções nas organizações, refiro-me ao medo de chefes autocratas às tensões resultantes dos conflitos, aos bloqueios ou frustrações decorrentes de vivências sucessivas de críticas negativas, das desqualificações constantes de certos setores ou pessoas, da criação de ambientes mal humorados, da perda da auto-estima dos membros do grupo, tensões geradas pelas "focofocas" causadas pela ausência de *feed-back* nas relações interpessoais, etc. Quando não tratamos ou ignoramos esses problemas, eles tendem a aumentar, resultando em grandes perdas de produtividade e em enormes desgastes na saúde e na qualidade de vida dos membros das organizações. O Trabalho em equipe passa, necessariamente, pela convivência emocional positiva.

Não humanizaremos as organizações sem integrarmos as emoções humanas positivas nas relações de poder. Precisamos substituir o uso do medo pela vivência da alegria, que nos torna criativos, eficazes, saudáveis e com boa qualidade de vida. O sucesso das organizações, em uma economia altamente globalizada e competitiva, dependerá do aproveitamento máximo dos potenciais energéticos internos, ou seja, de estimularem e canalizarem as emoções positivas de seus membros em projetos desafiadores e significativos.

Parece que está virando moda: "todos querem ser clínicos"



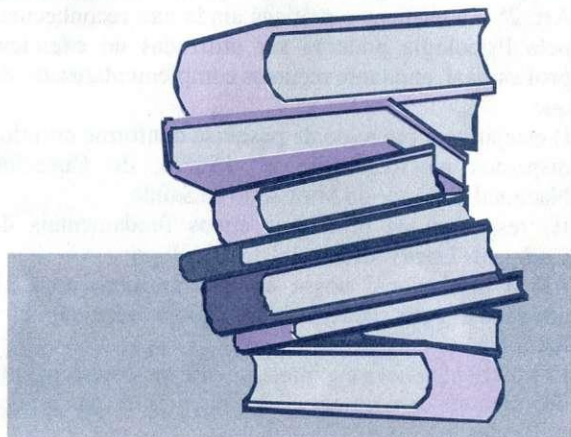
Além da própria Psicologia, onde os profissionais tendem a optar pela área clínica, há outras profissões invadindo este setor, tendo a psicopatologização como principal característica. Um dos exemplos são os psicopedagogos que, em muitos casos, não têm formação em Psicologia e acabam abrindo uma clínica após um ou dois anos de especialização em psicopedagogia. Outro caso fica por conta de alguns filósofos, que também resolveram clinicar, principalmente no interior do estado de São Paulo.

Uma investigação maior certamente levaria ao conhecimento de muitos outros tipos de profissionais optando pelo atendimento clínico como a grande salvação para resolver os problemas de seus "clientes", além de garantir, a si próprios, um espaço no mercado de trabalho. Um grave problema é a utilização de instrumentos de avaliação psicológica por pessoas sem a devida formação para aplicá-los e interpretá-los. Com base na racionalidade e na ética, os psicólogos devem repensar estas preocupações no sentido de fortalecer sua profissão como uma ciência capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais humana, menos tecnicista.

Mas a crescente procura por abrir clínicas também faz parte do contexto do fim do emprego. Segundo Viviane Forrester, no livro "O horror econômico", os ajustes econômicos neoliberais deslocam os eixos da organização produtiva, através da globalização dos mercados e das novas estratégias da

produção exigidas por este contexto. O efeito da automação e das tecnologias informáticas eliminam milhares de empregos que, diferentemente das outras crises econômicas episódicas, não mais retornarão. Quem está fora do mundo do trabalho acaba tendo o setor de serviços como a grande alternativa de inclusão econômica.

O professor Luís Cláudio Figueiredo, que leciona Psicologia Geral na USP e Psicologia Clínica na PUC/SP, afirma que, quando se fala em clínica psicológica, a referência pode estar sendo feita a um local de atividade (consultório particular), a uma finalidade (tratamento de pacientes) ou a um modo de escuta. E completa: "Penso que, se a clínica é erroneamente identificada com o consultório particular, seu fascínio se deve à suposição de que um profissional liberal e autônomo é um sujeito livre, realizado, de sucesso. Se a clínica é identificada, também erroneamente, com a finalidade tratamento de paciente, seu fascínio se deve à procura pelo psicólogo de uma identificação com o médico, de forma a valorizar-se profissionalmente. Contudo, se a clínica é entendida como um modo de escuta (escuta do interdito), seja de indivíduos, grupos instituições ou os mais variados fenômenos culturais, seu prestígio provavelmente decorre de que esta escuta responde a uma forte demanda na sociedade contemporânea."



Assim sendo, boas e más razões se unem para conferir à clínica um grande poder de atração dos aspirantes à Psicologia. Da mesma forma com relação aos outros profissionais, que podem estar procurando o sucesso pessoal e profissional através de uma atividade "bem conceituada pela sociedade".

Exercendo um papel similar, aparece o aconselhamento, mesmo que não aconteça entre as paredes de uma suposta clínica. Esta modalidade de "ensinar o caminho do sucesso" está se difundindo de forma bastante generalizada. Um bom exemplo são os livros de auto-ajuda, com receitas prontas para cada tipo de problema. Seus autores, muitas vezes,



viram grandes palestrantes, passando as mensagens de como "dar certo na vida". As práticas místico-religiosas também se encaixam na descrição do exemplo anterior. Na Internet também já é possível encontrar muitas formas de aconselhamento, inclusive psicológico. Ou, até mesmo, a chamada clínica via Internet.

Em Pauta

RESOLUÇÃO CFP Nº 012/97, de 20 de outubro de 1997

Ementa: *Disciplina o Ensino de Métodos e Técnicas Psicológicas em cursos livres e de pós-graduação, por Psicólogos a não Psicólogos.*



O Conselho Federal de Psicologia no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 06, alíneas a e b, da lei 5.766 de 20 de dezembro de 1971, e o art. 6, incisos IV e V, do decreto nº 79.822 de 17 de junho de 1977, e:

Considerando, o art. 13, parágrafo 1º, da Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, que estabelece como função privativa do Psicólogo o uso de métodos e técnicas Psicológicas; Considerando o disposto no Art. 35 da Resolução CFP nº 2/87, de 15 de agosto de 1987, que aprovou o Código de Ética Profissional do psicólogo, e que proíbe a divulgação, cessão, doação, empréstimo ou

venda a leigos de instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão;

Considerando a grande incidência dos chamados cursos de formação, regulares ou não, onde, a título de especialização, têm sido ministrados, para não psicólogos, métodos e técnicas psicológicas de uso exclusivos do Psicólogo;

Considerando que, freqüentemente, os responsáveis pela administração desses conteúdos são Psicólogos;

Considerando as freqüentes denúncias de exercício ilegal da profissão, contra pessoas não habilitadas, egressas desses cursos;

Resolve:

Art. 1º - O ensino de métodos e técnicas psicológicas fica reservado exclusivamente aos alunos

regulamente matriculados nos Cursos de Psicologia, regulamentados nos termos da lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, e aos psicólogos registrados no respectivo Conselho Regional.

Art. 2º - O descumprimento ao estabelecido nesta resolução constituir-se-á em infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Brasília(DF), 20 de outubro de 1997

Ana Mercês Bahia Bock
Conselheira-Presidente

RESOLUÇÃO CFP Nº 011/97, de 20 de outubro de 1997

EMENTA: *Dispõe sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia*

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as pesquisas com técnicas e métodos não reconhecidos pela Psicologia;

CONSIDERANDO as propostas debatidas e aprovadas pelo Fórum de Práticas Alternativas realizado em Brasília no período de 27 a 29 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º - Todo psicólogo que esteja desenvolvendo pesquisas em métodos ou técnicas não reconhecidas no campo da Psicologia, deverá ter protocolo de pesquisa

aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme Resolução CNS 196/96 ou legislação que venha a substituí-la.

Art. 2º - É vedado ao psicólogo pesquisador receber, a qualquer título, honorários da população pesquisada.

Parágrafo único - A população pesquisada dará o seu consentimento expresso para participar da pesquisa, ficando vedada qualquer forma de remuneração do pesquisado.

Art. 3º - O reconhecimento da validade dos resultados das pesquisas em métodos ou técnicas não reconhecidas no campo da psicologia dependem da ampla divulgação dos resultados, derivados de experimentação e

reconhecimento da comunidade científica, e não apenas da conclusão das pesquisas.

Art. 4º - As pesquisas em andamento adequar-se-ão a esta Resolução no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 20 de outubro de 1997

Ana Mercês Bahia Bock
Conselheira-Presidente

RESOLUÇÃO CFP Nº 010/97, de 20 de outubro de 1997

EMENTA: *Estabelece critérios para divulgação, a publicidade e o exercício profissional do psicólogo, associados a práticas que não estejam de acordo como os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia.*

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a divulgação do exercício profissional associado às técnicas em desacordo com os critérios científicos estabelecidos pela Psicologia;

CONSIDERANDO as propostas discutidas e aprovadas pelo Fórum de Práticas Alternativas realizado em Brasília no período de 27 a 29 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º É permitido ao psicólogo, no exercício profissional, na divulgação e publicidade, através dos meios de comunicação, vincular ou associar o título de psicólogo e/ou ao exercício profissional, somente técnicas ou práticas psicológicas já reconhecidas como próprias do profissional psicólogo e que estejam de

acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia.

Art. 2º As técnicas e práticas ainda não reconhecidas pela Psicologia poderão ser utilizadas no exercício profissional, enquanto recursos complementares, desde que:

I) estejam em processo de pesquisa conforme critérios dispostos na Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;

II) respeitem os princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo;

III) o profissional possa comprovar junto ao CRP adequada para desenvolver aquela técnica; e a habilitação

IV) o cliente declare expressamente ter conhecimento do caráter experimental da técnica e da prática utilizadas.

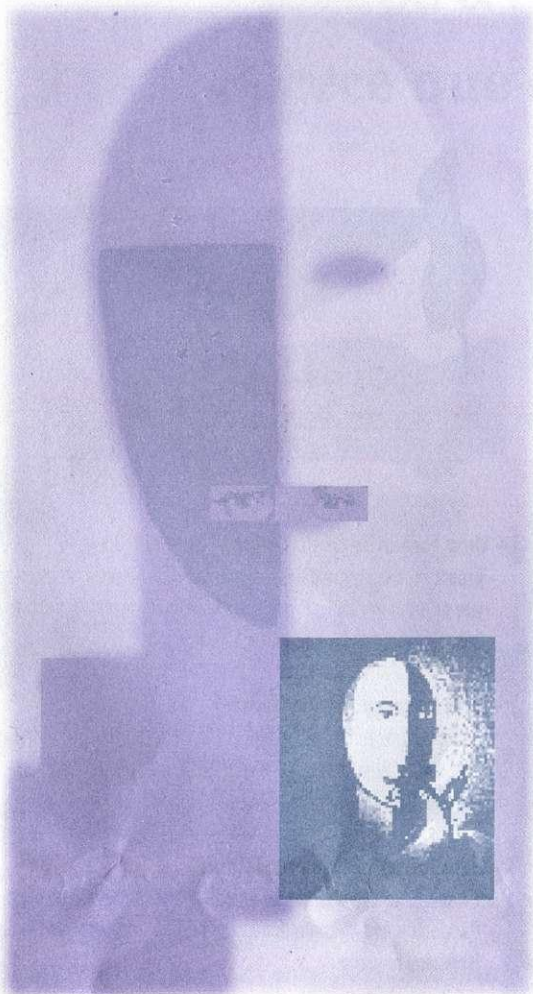
Art. 3º A não observância desta Resolução constituir-se-á em infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Art. 4º Caberá aos Conselhos Regionais orientar, disciplinar e fiscalizar, junto à categoria, a observância do disposto nesta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções CFP nº 29/95 de 16/12/95 e 16/94 de 03/12/94.

Brasília, 20 de outubro de 1997

Ana Mercês Bahia Bock
Conselheira-Presidente



Prêmio Madre Cristina premia psicólogos e estudantes

O Conselho Federal de Psicologia organizou, na metade deste ano, o Prêmio Monográfico Madre Cristina Sodré Dória, com o tema: Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental. A homenagem à Madre se deu por conta dos seus serviços prestados à construção da Psicologia, particularmente em favor do povo sofrido do Brasil. O resultado foi divulgado no dia 15 de dezembro, e foram premiados três profissionais e três estudantes de Psicologia. O vencedor de cada categoria recebeu R\$2.000,00, o segundo colocado ganhou uma coleção de livros e o terceiro foi agraciado com uma menção honrosa. Além disso, os seis artigos premiados formarão um número especial da *Revista Psicologia - Ciência e Profissão*. Infelizmente, Madre Cristina faleceu no final de novembro e não pode acompanhar o resultado do concurso, mas teve a justa homenagem do CFP ainda em vida.

Resultado final:

Categoria estudante:

- 1º Luciana Fim Wickert (UNISINOS/RS)
- 2º Alexandre Dittrich (FURB/SC)
- 3º Fábio Roberto Rodrigues (UFMG)

Categoria psicólogo:

- 1º Eduardo Ponte Brandão (UFRJ)
- 2º Marcelo Afonso Ribeiro (USP)
- 3º Hélio C. de Miranda Júnior (PUC/MG)

Psicólogos continuam na luta contra o veto presidencial

Logo após o veto presidencial do psicotécnico para aquisição da Carteira Nacional de Habilitação, psicólogos de todo o Brasil iniciaram uma grande mobilização. A maior manifestação aconteceu no dia 16 de outubro, em Brasília, com a participação de mais de 500 psicólogos. Nesta data, foram distribuídos dossiês a deputados e senadores de todos os partidos, contendo as informações atualizadas sobre a importância do psicotécnico, inclusive com apoios vindos da Espanha e Itália. Como continuidade deste movimento, foi constituído o Comitê Nacional dos Psicólogos, composto por representantes dos conselhos federal e regionais, Associação Nacional dos Psicólogos do Trânsito e Federação Nacional dos Psicólogos. O Comitê tem se reunido, semanalmente, através de reuniões telefônicas, e agendado inúmeras visitas aos poderes executivo e legislativo. O que tem sido feito

- dossiê para subsidiar as discussões técnicas contatos com políticos de todos os partidos
- contatos permanentes com as lideranças partidárias
- contatos com o Executivo, inclusive Ministério da Justiça e Casa Civil
- conquista de apoio de políticos e órgãos municipais, estaduais e federais
- conquista de apoio de diversas categorias profissionais
- trabalho junto a mídia para divulgação da questão do trânsito
- trabalho de sensibilização da sociedade civil quanto ao perigo deste veto
- aglutinação da categoria na busca da valorização profissional
- criação de comitês regionais em muitos estados (procure o seu CRP)

Fica um questionamento

No dia 16 de dezembro, o Comitê se reuniu com o Ministro Clóvis Carvalho, que informou a respeito de um novo projeto de lei que o governo estaria enviando ao Congresso. Porém, ele também não cita avaliação psicológica, nem psicotécnico. Para que outro projeto de lei, se o Congresso acabou de aprovar um código e FHC vetou uma parte? Bastaria derrubar o veto...



Acontece no Legislativo

Esta coluna acompanha os principais Projetos de Lei (PL), de interesse da Psicologia, em tramitação na Câmara e no Senado Federal.

A extinção progressiva dos manicômios depende da boa vontade dos senadores. O PL 8/91, do dep. Paulo Delgado (PT/MG), ainda aguarda o parecer do relator, Sebastião Rocha (PDT/AP), para ser votado no plenário do Senado, depois retornar à Câmara.

Os psicólogos ainda não têm piso salarial. O PL 1858/91 continua aguardando parecer do relator Zaire Rezende (PMDB/MG), na Comissão de Trabalho da Câmara, para seguir um longo caminho no Congresso. É bom esperar sentado! Vai demorar...

O Congresso ainda não resolveu votar os vetos de FHC ao projeto que prevê o direito do educando ao atendimento psicológico-educacional, bem como em relação ao psicotécnico no Código de Trânsito. Só o Congresso pode derrubar estes vetos. A saúde e a segurança da população agradeceriam muito.

Em agosto, a Comissão de Seguridade Social aprovou o parecer favorável do dep. Arnaldo Faria de Sá (PPB/SP) ao PL 4688/94, do dep. Paulo Delgado (PT/MG), que cria as Cooperativas Sociais. Trata-se de uma grande possibilidade de integrar os cidadãos. O próximo caminho é a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e, finalmente, a revisão do Senado.

Todos os profissionais liberais poderão ter o direito de virar microempresas. Basta que seja aprovado o PL 523/95, do dep. Ivo Mainardi (PMDB/RS). O dep. João Fassarella (PT/MG) deu parecer favorável na Comissão de Economia. Próximos passos: Comissão de Constituição e Justiça, plenário da Câmara e revisão no Senado.

Os deputados Carlos Apolinário (PMDB/SP) e Maria Elvira (PMDB/MG) possuem Projetos de Lei exigindo avaliação psicológica para o ingresso nas polícias e demais órgãos de segurança e transporte de valores. Isso mostra a crescente valorização da Psicologia, apesar de alguns vetos de FHC.

Aqueles dois "famosos" projetos que regulamentam as profissões de psicopedagogo, do dep. Barbosa Neto (PMDB/GO), e terapeuta holístico, do dep. José de Abreu (PSDB/SP), continuam em tramitação na Câmara. As presidentes Ana Bock (CFP) e Leonor Bicalho (CRP 01) estiveram com os relatores Marisa Serrano (PMDB/MT) e Luciano de Castro (PSDB/RR), para ponderar sobre os absurdos que representam estes projetos. A diretoria do CFP também se reuniu com o dep. Ricardo Gomyde (PCdoB/PR), vice-presidente da Comissão de Educação. Os psicólogos aguardam...

Formação

Fórum Nacional de Formação define diretrizes curriculares



O Fórum Nacional de Formação, realizado nos dias 21 e 22 de outubro, em Ribeirão Preto (SP), teve a participação de 38 delegados, eleitos nos Fóruns Regionais, e mais 30 ouvintes. Foram elaboradas as diretrizes curriculares e estratégias de intervenção institucional nos problemas da Formação do Psicólogo, além de analisar as propostas de avaliação dos cursos, apresentada pela Comissão de Especialistas de Ensino de Psicologia do MEC.

Inicialmente, o Fórum discutiu a conjuntura do Brasil para, a partir daí, adequar as decisões à realidade nacional. Os participantes concluíram que o governo federal se caracteriza pelo desinvestimento nas áreas sociais, principalmente saúde, educação e seguridade social. Um dos grandes responsáveis por estes problemas é o neoliberalismo, que tem aumentado a concentração de renda, a injustiça social, o desemprego e a exclusão, além de entregar o patrimônio público à iniciativa privada. O Fórum defende o sistema público, gratuito e de boa qualidade. Por isso, é contrário às ações de sufocamento financeiro das Universidades Federais adotadas desde o início do Governo FHC.

Como estratégias de intervenção institucional nos problemas da formação do psicólogo, o Fórum indica a necessidade de criar e fortalecer as Comissões de Formação dos Conselhos para estimular a constante discussão com as agências formadoras, docentes, discentes e entidades representativas da categoria dos psicólogos. Os Conselhos Federal e Regionais devem desencadear o processo de construção da Associação Brasileira do Ensino da Psicologia, ABEP, como espaço privilegiado para o debate e a criação de referências sobre a formação dos Psicólogos, cujo estatuto deve ser aprovado pelo Fórum Nacional de Entidades, em 1998, durante a reunião anual

da Sociedade Brasileira de Psicologia. Quanto a avaliação dos Cursos de Psicologia, o instrumento proposto pela Comissão de Especialistas do MEC, "Padrões de Qualidade para Cursos de Graduação em Psicologia", é bom, pertinente, mas precisa de aperfeiçoamento, principalmente na avaliação da característica maior da universidade, que é a integração plena entre ensino, pesquisa e extensão. Na caracterização do curso, o documento suprime o item referente a "Necessidade Social", imprescindível como um critério, tanto para criação de novos cursos, como para avaliação dos cursos em funcionamento. Será organizado um dossiê nacional, a partir de documentos regionais, que analise as condições do exercício profissional e dos cursos de Psicologia existentes, destinado ao Conselho Nacional de Saúde, quando da análise das propostas de criação de novos cursos.

As discussões do Fórum Nacional de Formação tomaram como base de análise o documento da Comissão de Especialistas do MEC, as propostas dos Fóruns Regionais e a concepção de diretrizes curriculares. As diretrizes devem ser formuladas em termos de eixos de organização curricular e não em termos de especificação de disciplinas, estabelecendo discussões regionais e nacional, observando também o âmbito do Mercosul. A conclusão deste processo deve acontecer no III Congresso Nacional, previsto para junho de 1998.



"Os dez mandamentos da Formação"

- 1- **Uma formação básica, pluralista e sólida**
Espera-se, assim, romper o conceito limitado de atuação psicológica que os próprios alunos trazem ao ingressarem no curso, produto da imagem socialmente dominante da profissão.
- 2- **Uma formação generalista**
A maioria dos cursos de Psicologia concentram suas atividades na área clínica, com participação mínima de áreas como trabalho, educacional, comunitária e outras.
- 3- **Uma formação interdisciplinar**
É importante que a formação interdisciplinar norteie o curso, pois a Psicologia não tem como dar conta, sozinha, da compreensão do fenômeno humano.
- 4- **Preparar o psicólogo para uma atuação interprofissional**
A inserção em contextos organizacionais e institucionais impõe novos desafios ao exercício profissional do psicólogo, mesmo no que se refere ao seu núcleo clássico de atuação.
- 5- **Assegurar uma formação científica, crítica e reflexiva**
O termo "formação científica" associa-se à idéia de reflexão sistemática acerca dos conhecimentos recebidos e das práticas realizadas. Aí entra a importância da crítica.
- 6- **Permitir uma efetiva integração teoria-prática**
O aluno deve participar da atividade profissional como um aprendiz, responsabilizando-se, progressivamente, por tarefas ou fazeres crescentemente mais complexos.
- 7- **Compromisso com o atendimento das demandas sociais**
Deve haver um compromisso político e ideológico com a mudança social que se apóia em uma perspectiva crítica das relações sociais.
- 8- **O compromisso ético deve permear todo o currículo**
O código de ética do psicólogo aponta a atuação do profissional para a noção de compromisso político-social e a relevância do seu papel face à realidade da sociedade brasileira.
- 9- **Romper o modelo de atuação tecnicista**
A imagem do profissional como aquele que testa ou avalia características psicológicas, detecta desvios ou distúrbios, ainda marca fortemente a imagem social da profissão.
- 10- **Possibilitar a construção de uma identidade profissional**
É necessário destacar o compromisso social da profissão, discutindo que toda a escolha teórico-técnica é também uma escolha política de um tipo de sociedade.

Cidadania

Indonésia pratica genocídio no Timor Leste, sob o passivo olhar do mundo



Localização: Ilha da Oceania, no Arquipélago Malaio (mais de 15 mil ilhas), a 500 Km da Austrália e 1000 Km da Ilha de Java.

Área: 18.899 Km² (pouco menor que o estado de Sergipe)

População: 700 mil, em 1975; 400 mil em 1997 (valores estimados)

Capital: Dili

Há 22 anos, Timor Leste é ocupado pela Indonésia, resultando na mais violenta dominação sobre uma nação. No ano da invasão, 1975, os Estados Unidos aumentaram em 450% o fornecimento de armas para a Indonésia. Mais de 40% da população timorense foi dizimada. São 300 mil mortos por todo tipo de violência, inclusive a empalação (uso de estaca atravessada pelo corpo). Apesar de ter sido colonizada por Portugal, apenas 1% da população fala português, pois quem for apanhado falando este idioma pode ser assassinado. Além disso, os indonésios ocupam Timor Leste, estrategicamente, para impor sua cultura e banir o modo de vida do povo local.

Como apoiar Timor Leste

Quem quiser apoiar o povo de Timor Leste, pode participar dos Comitês de Solidariedade, apresentar manifestações ao governo brasileiro para defender a liberdade dos timorenses e protestos junto a Embaixada da Indonésia. Todas as manifestações podem ser enviadas à Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia para que sejam encaminhadas em conjunto. A violência do ditador Suharto também é praticada internamente, reprimindo a população e explorando os trabalhadores. Por isso, grandes empresas multinacionais, como a Nike, fixam suas fábricas na Indonésia. As entidades que condenam estes abusos querem um boicote aos produtos manufaturados na Indonésia: não compre "Made in Indonésia".

Mais informações...

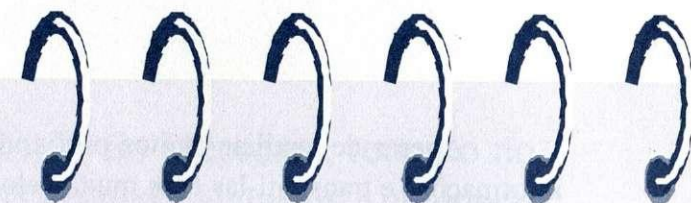
Comitê Brasília de Solidariedade ao Povo do Timor Leste - Endereço: HIGS 707, bloco R, casa 54, Asa Sul, CEP: 70351-718, Brasília/DF.

Jornal Timor Leste - fone: 061 244 0650; fax: 242 6616; e-mail: fenaj@nutecnet.com.br e seeb@persocom.com.br

(<http://www.terraviva.pt/Ancora/1097/aNO03.htm>) é um dos sites sobre o Timor Leste na Internet. Mas há muitos outros. Basta procurar "Timor Leste".

Moção de Solidariedade

Os psicólogos participantes do Fórum Nacional de Ética, reunidos em Brasília, de 10 a 12 de outubro de 1997, sensibilizados com a situação em que se encontra submetido o povo de Timor Leste, vêm a público manifestar sua indignação pelas atrocidades praticadas pelo governo da Indonésia e pelo desrespeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos, exigindo que o governo brasileiro se manifeste em favor da defesa da livre determinação dos povos, como definido na Constituição Federal, assegurando ao povo de Timor Leste nossa solidariedade e o reconhecimento de sua representação política no Brasil.



Para entender a história

1512 - Provável descobrimento do Timor, pelos portugueses.

1581-1640 - A união das coroas da Espanha e Portugal fecha o porto de Lisboa aos holandeses, que começam a invadir o império português: Brasil, Angola, Sumatra, Timor (em 1613) e outros.

1651 - Os holandeses dominam o lado oeste da ilha.

1851-1859 - Através de tratado, Timor é oficialmente dividida: oeste para Holanda e leste para Portugal.

1942 - Japão ocupa Timor Leste, recuperado por Portugal em 1945.

1974 - Em 25/04, a Revolução dos Cravos derruba os cinquenta anos de ditadura salazarista, acabando com catorze anos de guerra colonial.

1981 - Enfraquecidos e doentes, muitos timorenses se rendem. A submissão é aparente: "De fato, eles continuam simpatizantes da resistência", diz um manual militar indonésio.

1984 - Austrália e Indonésia aliam-se para explorar o petróleo do mar de Timor Leste.

1989 - O Papa João Paulo II, visita Timor Leste.

1990 - Portugal apresenta queixa, no Tribunal Internacional de Justiça de Haia, contra a presença de Indonésia e Austrália no Mar de Timor.

1991 - Em 12/11, ocorre o Massacre de Santa Cruz. O exército indonésio abre fogo contra uma multidão no cemitério de Dili e mata 271, fere 382, prende 362 e desaparece com 250 pessoas.

1992 - Em novembro, a Indonésia captura Xanana Gusmão, que se torna o "Nelson Mandela" de Timor.

1995 - O Tribunal Internacional de Justiça reconhece os direitos de Timor Leste.

1997 - O exército indonésio tortura e mata o vice-comandante da resistência timorense, Davi Alex. Xanana continua preso. O ditador Suharto permanece no poder.

Nós e a informática

O processo de subjetivação e a informática: até onde ir com os computadores na Psicologia?

Apesar de auxiliar muitos profissionais, principalmente pela capacidade de armazenar informações e transmiti-las com muita velocidade, os computadores estão sendo utilizados para finalidades as mais diversas. Mas sua utilização pelos psicólogos no meio profissional requer uma discussão bem aprofundada. Pela Internet, há quem ofereça serviços psicológicos como, por exemplo, a psicoterapia. Algumas reflexões são importantes para procurar entender a relação entre o ser humano e a máquina.

O principal ponto é o limite entre o quanto a tecnologia auxilia e o quanto ela substitui as pessoas para, então, analisar suas conseqüências. Na Psicologia, são discutidos, basicamente, dois tipos de utilização da informática. Em primeiro lugar, como um instrumento apoiador do trabalho do psicólogo. Em segundo, o computador como próprio meio da efetivação do trabalho profissional.

Segundo Aurino Ramos Filho, professor na Univali/SC e conselheiro do CRP 12, a Psicologia enquanto ciência e profissão tem uma tradição humanista. Contudo ele considera a informática um avanço inevitável que não pode ser taxado simplesmente como bom ou ruim para a Psicologia, antes de verificar a maneira de sua utilização. Aurino defende o computador como um instrumento a mais no trabalho do psicólogo, no sentido de contribuir com a organização da profissão.

Mas condena a utilização do computador como

interlocutor entre psicólogo e cliente na Psicoterapia, por exemplo.

"A Psicoterapia virtual é inaceitável, pois a relação humana continua sendo imprescindível. Não é bom querer simplificá-la através da substituição pela máquina. Mesmo porque a máquina reflete um código numérico e, com certeza, seria necessário pensar um novo conceito de pessoa humana, uma vez que o processo psicoterapêutico não estaria mais sendo realizado na forma pessoa-pessoa, e sim, pessoa-máquina", conclui Aurino, que realizou tese de mestrado sobre "*Individuação e tecnologia: a modelação cognitiva na interação homem-máquina*", tomando por base os funcionários do Centro de Processamento de Dados da PUC/RS.

Um exemplo de utilização da Internet na Psicologia é o "Help On Line - Aconselhamento Psicológico", sob a responsabilidade da psicóloga Fátima Cristina Ferreira, que anuncia: "acompanhando as inovações da nova era, estamos aqui para orientá-lo naquilo que for possível, utilizando este veículo da nova geração. Nossa proposta de trabalho abrange todas as pessoas que usam esse novo instrumento para facilitar sua vida, como também aquelas para quem o computador passou a ser sua cara metade... Buscamos esclarecer aquelas dúvidas que surgem inesperadamente, como também orientar nas situações embaraçosas e difíceis que muitas vezes vivemos e não temos coragem de relatar. Você terá toda a liberdade de se expor, pois o anonimato é a característica desse novo veículo poderoso de comunicação. O aconselhamento poderá ser realizado via e-mail ou em tempo real. Pode ser pago via cartão de crédito, on line, o que não impede o recebimento através de depósito bancário." Consultada pelo Jornal do Federal, Fátima afirmou que o serviço que ela oferece não é psicoterapia, mas apenas um aconselhamento psicológico. O endereço é <http://www.geocities.com/HotSprings/2193>



Internautas

O "Psicologia on line" já se consolidou como o endereço da psicologia brasileira na Internet. Além das muitas opções já conhecidas pelos psi-internautas, está oferecendo também o Cadastro de Psicólogos (http://www.psicologia-online.org.br/index_links.html). É um espaço especial em nosso site POL para quem tiver interesse em divulgar seu nome, e-mail e home page para facilitar a interação e a troca de idéias. Gostou? Então nos envie um e-mail [federal@rudah.com.br] com seus dados e um breve resumo de suas aspirações e interesses! Fique à vontade, a casa é sua!

Nossa coluna sempre apresenta uma curiosidade. Desta vez, a novidade fica por conta do Elefante (<http://www.elefante.com.br>). O objetivo deste site é lembrar as pessoas de datas e eventos importantes através de seus respectivos e-mails. Apesar de não ter inovações tecnológicas ou de design, é uma ótima pedida para os esquecidinhos.

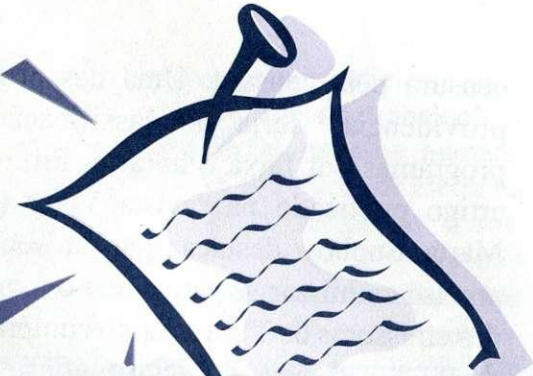
Quer conhecer uma página dedicada ao behaviorismo radical de Skinner, à análise do comportamento (experimental e aplicada) e à terapia comportamental? Basta pesquisar o Behaviorism (<http://www.lexxa.com.br/users/behaviorism>). Há informações sobre psicólogos comportamentais, analistas do comportamento, pesquisadores, periódicos, artigos (texto integral), dissertações e teses. E-mail: behaviorism@lexxa.com.br

Além daquele endereço <http://www.wfpma.com.br> que divulga diversas entidades e serviços, podemos reforçar nossa posição na psicologia organizacional divulgando um produto para gerenciamento de recursos humanos sito a <http://www.wclass.com.br>. Com isso, o Jornal do Federal reforça a atenção com este setor e a intenção de divulgar instrumentos técnicos da informática na área da psicologia.

Olha os softwares psi aí, gente! Um prato cheio para os psi-internautas. Aqui estão relacionados muitos sites com softwares (programas) ligados à psicologia, disponíveis para download (uso livre ou restrito) e/ou compra. Confira:

- Shrink Tank BBS (<http://www.shrinktank.com>) - uso restrito, bons textos, mais links
- SIByl Software (<http://www.gamma.rug.nl/sibyl.html>) - base de dados de softwares de psicologia com procura interna
- Jumbo Software (<http://www.jumbo.com>) - grande, mas de fácil uso, é um arquivo com todos os tipos de softwares
- StatLib (<http://lib.stat.cmu.edu>) - sistema para distribuição de software de estatística, série de dados, informação via e-mail, FTP, gopher e WWW
- MacPsych (<http://ftp.stolaf.edu/pub/macpsych>) - software de psicologia para computadores Macintosh
- Cognitive Software (<http://matia.stanford.edu/cogsci/software.html>) - software de ciência cognitiva e psicológica
- PsyScope (<http://poppy.psy.cmu.edu/psyscope>) - sistema gráfico para design e controle
- Neuroscience (<http://ivory.lm.com:80/~nab/neurosoft.html>) - software usado para auxiliar a neuro ciência Psychguide (<http://ns1.win.net/%7Edesigners/Psychguide/lib/soft.html>) - lista de softwares
- Psychology Software (<http://www.psychologie.uni-bonn.de/software.htm>) - excelente lista de softwares
- Advanced Psychometrics Inc. (<http://www.wp.com/api/home.html>) - home page dos desenvolvedores do Scrutiny: um programa para detectar tapeação de testes
- Psychology Software (<http://www.pstnet.com>) software educacional com experimentos de computador padronizados
- Health Sciences Software (<http://www.compusmart.ab.ca/jhealth>) - desenvolvedores de software de fácil uso para windows
- Software para professores de Psicologia (<http://www.thecraft.com>) - Crofter Publishing apresenta OpRat, CCDog, Illusions Pack, etc
- Psych Screen, Inc. (<http://www.register.com/psychscreen.com>) - relatórios psicológicos computadorizados
- Software para experimentação e diagnóstico (<http://www.cedrus.com>) - Cedrus divulga SuperLab, o principal software de laboratório experimental e gerador de experiência em psicologia, vendido em 24 países. Cedrus é também fonte para hardware, como caixas de resposta, cartões inteligentes, vídeos e planter clínico

FHC quer privatizar os conselhos de fiscalização profissional através de medida provisória



Desde que assumiu a presidência da República, Fernando Henrique Cardoso vem abusando da quantidade de medidas provisórias, superando a ditadura dos governos impostos pelo golpe militar de 1964. No dia 4 de dezembro, FHC reeditou pela trigésima sexta vez a medida provisória (MP) 1549-37/97, que dá

Confira a íntegra do artigo 58 da MP 1549-37/97

Art.58. Os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas serão exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa.

§ 1º A organização, a estrutura e o funcionamento dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas serão disciplinados mediante decisão do plenário do Conselho Federal da respectiva profissão.

§ 2º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas não manterão com os órgãos da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

§ 3º Os empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são regidos pela legislação trabalhista, sendo vedada qualquer forma de transposição, transferência ou deslocamento para o quadro da Administração Pública direta ou indireta.

§ 4º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, existentes até 10 de outubro de 1997, ficam autorizados a cobrar e executar as contribuições anuais devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como as taxas e emolumentos instituídos em lei.

§ 5º O controle das atividades financeiras e administrativas dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas será realizada pelos seus órgãos internos, devendo os conselhos regionais prestar contas, anualmente, ao conselho federal da respectiva profissão.

§ 6º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, existentes até 10 de outubro de 1997, promoverão, no prazo de noventa dias contados a partir de 7 de novembro de 1997, a adaptação de seus estatutos e regimentos ao estabelecido neste artigo.

Esta medida provisória altera o artigo da Constituição Federal que rege a natureza dos conselhos fiscalizadores de profissão. Desta forma, os conselhos passam a ter a mesma natureza jurídica dos cartórios, atividade de caráter privado por delegação do poder público. O Conselho Federal de Psicologia, bem como muitos conselhos de outras profissões, entende que esta MP fere a legalidade. A contribuição profissional se assemelha a um tributo, e o órgão que exerce sua cobrança deve ter poder de

polícia. Os partidos políticos de oposição ao governo federal, PT, PDT e PCdoB, impetraram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 1717) contra o Presidente da República devido ao teor desta medida provisória. O departamento jurídico do CFP está acompanhando, muito de perto, o desenrolar dos acontecimentos e vai orientar também os conselhos regionais sobre os procedimentos mais adequados a serem seguidos.



Repercussão

Falta controle sobre a televisão brasileira

As televisões são concessões públicas e suas obrigações sociais estão definidas na Constituição. Tais concessões são renovadas a cada quinze anos por, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, sob a condição de que as TVs estejam cumprindo as obrigações constitucionais. Para acompanhar a qualidade da programação, o artigo 224 da Constituição prevê a criação do Conselho de Comunicação Social (CCS), que está regulamentado pela lei nº 8.389, de 31/12/91. A lei determinava a implantação deste Conselho para abril de 1992 e, até agora, o governo sequer organizou sua formação.

A programação da televisão brasileira tem provocado muitas discussões a respeito de sua qualidade, principalmente no que diz respeito à influência sobre a formação infanto-juvenil. No Brasil, as crianças passam, em média, três horas diárias diante da televisão. Este dado mostra a importância de uma programação mais educativa, que apontasse para a conscientização sobre cidadania. Mesmo sem o funcionamento do CCS, a sociedade civil está começando a se organizar para debater o papel social da televisão.

Entre as maiores preocupações a respeito da influência da TV sobre as crianças, estão a violência, a erotização precoce e os estereótipos de beleza, moda e costumes. O mais agravante disso tudo, é que as crianças são "massacradas" por mensagens massificadoras sem, no entanto, receberem informações suficientes para ter uma leitura crítica a respeito da carga recebida diariamente. Ou ela copia os modelos, ou fica fora de moda...

Por iniciativa da deputada federal Marta Suplicy (PT/SP), que integra a comissão de direitos humanos do CFP, foi criado o Grupo Tver. Trata-se da reunião de personalidades das mais variadas profissões, com o

intuito de contribuir com elementos de reflexão sobre o "difuso mal-estar" gerado pela baixa qualidade da programação televisiva. O Tver pretende estimular a criação de outros grupos similares por todo o país, para que também discutam a questão, até que a sociedade perceba que pode exercer um certo controle sobre aquilo que recebe dentro de sua casa, por meio da TV.

Controle social não deve ser confundido com censura, pois os brasileiros não querem a sua volta. Esta afirmação é dada pelo Ibope, em recente pesquisa encomendada pelo Ministério da Justiça, revelando que 64% desejam uma forma de controle social e ético sobre os programas, sob forma tripartite entre governo, emissoras e sociedade. Mas estes repudiam a

censura pela censura. Uma das primeiras providências seria a classificação dos programas por faixa e horário. Em recente artigo publicado na revista Viver (nº59), Marta Suplicy destaca que "a sociedade precisa mobilizar-se para evitar o monólogo das emissoras de TV e exigir o cumprimento das obrigações sociais definidas na Constituição".

Para Daniel Herz, presidente do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, é preciso construir uma relação dos veículos de comunicação com a sociedade. Ele afirma que o pensamento a respeito de uma censura arbitrária precisa ser substituído por uma grande abertura política com representação social, onde a sociedade pudesse discutir grandes temas e, entre eles, a programação das próprias TVs. "Embora esteja previsto em lei, o Conselho de Comunicação Social não está instalado. Através dele, a sociedade poderia qualificar o que é adequado ou inadequado para exibir na televisão", conclui Herz.



Painel

Revistas

- **TECNOLOGIA EDUCACIONAL**
Ano XXV, nº 138, setembro/outubro, 1997.
Associação Brasileira de Tecnologia Educacional. Telefone: 021 553 2123.
- **INFARMA**
v.6, nº 1/2, janeiro/junho, 1997. Conselho Federal de Farmácia.
Telefone: 061 349 6552.
- **APA BOOKS FALL 1997** -
New releases and best-sellers.
American Psychological Association -
Order Department, P O Box 92984,
Washington, DC, USA,
20090 2984. Telefone: 1 800 374 2721.

Anais

- da Saúde, 1994. Telefone: 021 315 2425.
- ◆ **IX ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA**
CRP 08, 1997. Telefone: 041 336 2828
- ◆ **SINOPSE ESTATÍSTICA 1996**
Ministério da Educação e do Desporto,
1996. Telefone: 061 214 8612

Não Perca

III CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA 24 a 28 de junho de 1998

Local: a ser definido

Comissão organizadora: CRP 04 (MG/ES), CRP 03 (BA/SE), CRP 07 (RS), CRP 09 (GO/TO), CRP 12 (SC) e CFP.

Temas: 1) Globalização e suas repercussões na Profissão: estratégias de ação.

2) A Psicologia e os movimentos estratégicos para a intervenção dos Conselhos Profissionais nas políticas públicas.

3) A profissão de psicólogo e suas interfaces: diretrizes para a ação dos Conselhos Profissionais.

Algumas datas importantes:

até o dia 17/05/98 - Realização dos Congressos Regionais

até o dia 02/06/98 Encaminhamento das atas, regimento interno, teses e relação dos delegados e suplentes aprovados nos respectivos Congressos Regionais

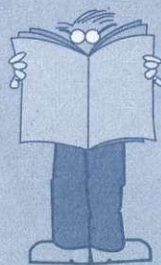
Livros

- **TORNANDO O CÂNCER MENOS DOLOROSO:** Um livro para os pais
McGrath, Patrick J. - Núcleo de Apoio à Criança com Câncer, Recife, 1997.
Telefone: 081 423 8020
- **PALAVRAS EM TORNO DO BERÇO**
Wanderley, Daniele de Brito (org.) -
Editora Ágalma, Salvador, 1997. Preço:
R\$20,00. Telefone: 071 245 7883.

DESTAQUE

- **LOURENÇO FILHO: OUTROS ASPECTOS, MESMA OBRA**
Monarcha, Carlos (org.) - Mercado de Letras,
Campinas, 1997. Telefone: (091) 231-3270.

- **HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO RIO DE JANEIRO**
Penna, Antônio Gomes - Imago Editora,
Dicionário Crítico
Cattani, Antonio David (org.) - Editora
Vozes, 1997. R\$15,00.
Telefone: 024 237 5112.
 - **O GRUPO E O SUJEITO DO GRUPO**
Kaës, René - *
 - **O ENIGMA DA DOENÇA**
Winter, Themis Regina - *
 - **COMPREENDENDO O CEGO**
Amiralian, Maria Lúcia T. M. - *
 - **INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA ESCOLAR**
Patto, Maria Helena S. - *
 - **ALÉM DOS LIMITES DA INTERPRETAÇÃO**
Uchitel, Myriam - *
 - **QUATRO CORES: SENHA E DOMINÓ**
Macedo, Lino de - *
 - **FAMÍLIA E CICLO VITAL**
Cerveny, Ceneide M. de O. - *
- * Casa do Psicólogo, 1997.
Telefone: 011-852 4633.
E-mail: casapsi@psicnet.com.br



Eventos



1º Semestre 98

CURSOS: Psicoterapia de Base Analítica / Básico - Psicoterapia Breve - Adolescência - Aplicação da Programação Neurolinguística - Psicologia, Técnicas e Intervenções da Criança e Adolescentes Institucionalizados - Psicopatologia Fenomenológica - Estudo sobre Melanie Klein - Estudo sobre Masculinidade - Estudo sobre Fundamentos da Psicanálise e Supervisão de Casos. 1998 Fundação Campineira de Saúde Mental Campinas/SP
Tel. 019 241-9544 Fax. 243-4437

Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica (Latu Sensu) inscrição: 02 a 06/03 seleção: 09 a 13/03 início: 16/03 Universidade Federal de Minas Gerais Tel. 031 499 5021

II Congreso Cubano de Educación, Orientación y Terapia Sexual
9 a 14/02 La Habana Fax.00537 33 3019 22 8382 / 33 1657

III Congresso da União Mundial das Profissões Liberais
15 a 17/04 Rio de Janeiro Tel. 061 223 1383 Fax. 223 1944

I Encontro de Sexualidade Humana do Sudoeste do Paraná 17 a 19/04 Pato Branco/PR Tel. 046 224 6102

VIII Encontro Brasileiro do Campo Freudiano II Congresso da Escola Brasileira de Psicanálise - Rumo ao Âmbito da Cura Psicanalítica 18 a 21/04 Salvador/BA Tel. 071 237-7151 247-8141 ebpbahia@svn.com.br

III Congresso V Encontro Brasileiro de Psico-oncologia
29/04 a 02/05 Goiânia/GO
Tel. 062 224-3737 Fax. 229-0871

I Congresso Brasileiro e III Encontro Paranaense de Psicoterapias Corporais
01a 03/05 Curitiba/PR
Tel. 041 222 8119 233 8707

I Conferência Internacional de Estudos da Maturidade - I CIEM
13 a 15/05 Águas de Lindóia /SP
Tel. 011 3676 0688 Fax. 3676 0689

I Jornadas de Suicidología del Mercosur
14 a 16/05 Buenos Aires/Argentina Tel/Fax 0054 01 552 8644 0054 01 632 8317

IV Encontro Goiano da Abordagem Gestáltica
28 a 31/05 Goiânia/GO
Tel/Fax 062 223 8582

Linguagens

Medo de crianças

Estou parado em um sinal, e "crianças de rua" aproximam-se. Lembro-me de que o vidro está aberto e, quase automaticamente, o fecho. Automaticamente, também, duas partes de mim começam a conflitar-se, como numa muda discussão: agressivo, hostil, humilhante a sua atitude... totalmente sim.

- Mas como saber em que estado estão elas?... Quantas pessoas como eu já as feriu no mais profundo de seus âmagos, e não serei eu que me transformarei em seu "bode expiatório"...

Que vontade de abrir o vidro e iniciar um diálogo, saber de suas vidas e dificuldades, sugerindo qualquer tipo de ajuda do Juizado. Mas como serei entendida?... Provavelmente, acharão que quero "prendê-las". Não faço nada, e lá vem aquela dorzinha já conhecida minha.

- O anjinho montado no meu ombro esquerdo, cochichando acusadoramente: "você se omitiu".

Muitas pessoas fazem o mesmo!...

- Mas por conhecer ou poder adivinhar cada história por trás daqueles rostos, fica muito mais difícil. A dorzinha de que falei é um misto de impotência e remorso: e se fossem meus filhos? E se um deles assaltar amanhã? Como vai ficar esse mundo se continuarmos agindo assim? Quem pode mudar isso tudo?...

O sinal abre e vou embora, mas a dorzinha me acompanha, até que algo muito prazeroso focalize minha atenção. Ou então, chego ao local para onde estava me dirigindo, com uma terrível dor de cabeça e mal humor, que não sei mais a que atribuir.

Quantas vezes isso acontece com muitos de nós?...

De uns tempos para cá, percebo que vou me envolvendo e tornando muito sensível, cada vez mais, com esse tipo de situação. A única coisa que atenua essa mudança é lembrar do nosso Frankl, que afirma haver, na segunda metade da vida, a necessidade de estabelecermos um projeto de vida, tipo "para que existo?"...

Reflijo, e creio que já me foi fornecida a resposta.

Não vivemos num jardim encantado, e a prova disso está em cada sinal de trânsito que nos faz parar. Não somos descidos do Olimpo para usufruir da parte melhor, que os outros deuses teriam reservado "somente para nossos olhos"...

Existimos para "fazer diferença", principalmente quem escolheu a nossa profissão e que, além do saber psicológico, já desenvolveu a percepção do outro e empatia suficiente para adivinhar suas dores.

Não fomos sorteados para ganhar o prêmio do "monte seu consultório e refugie-se nele"...

Em algum espaço menos privilegiado, há um lugar esperando que o ocupemos, e temos quase que a obrigação de manifestar a decência de fazê-lo.

Posso garantir que não será menos gratificante do que receber o pagamento por uma sessão de psicoterapia!

"Considero-me não uma poetiza, nem artista, nem fotógrafa, mas uma delirante". Rosa Maria Facuri Raphael / CRP 05
Psicóloga Clínica e Coordenadora do Serviço de Psicologia do Juizado da Infância e da Juventude de Nova Iguaçu

Como que fosse natal

Soltas são as palavras que rebatem no coração... Lembranças afiadas, navalhas que cortam o coração. O tempo é rápido, o tempo é lento, nada é real... Muitas vezes, a chuva chega como que fosse natal.

As palavras são estranhas, vazias, cheias de odores... Mar de letras, páginas virtuais, caixinha de dores. Passa luz, passa vento, passa pensamento colorido... Flores sobre uma sepultura, flores sobre o dolorido.

No armário dos sentimentos impressos, são elas de ferir... Vêm como tormento impávido, com um lábio a sorrir. Folhas caem secas, outras nascem verdes - natural... Antigas lembranças, assim, restam fincadas em um novo natal...

Ricardo Santana - CRP 15/AL

Aos psicólogos poetas artistas, fotógrafos, e delirantes: mandem o seu ensaio estético para Linguagens.